



ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS MAIO/2013 A ABRIL/2014	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )	3.329.729.486,67	0,00
Pessoal Ativo	2.464.603.924,56	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	865.125.562,11	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) ( II )	983.559.147,24	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	0,00
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	320.154.602,47	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (1)	662.159.376,68	0,00
Despesas de Caráter Indenizatório (2)	1.245.168,09	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = ( I - II )	2.346.170.339,43	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = ( III a + III b)	2.346.170.339,43	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	44.817.070.386,15
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	5,23
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%	2.648.688.859,82
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,6145%	2.516.254.416,83
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,3190%	2.383.819.973,84

FONTE: SIAFI/ MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado de Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Despesas totais da procedência 5, consoante Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 19 de agosto de 2010.

(2) - Despesas não computadas, art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 1.245.168,09

Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES, Presidente; Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib, Auditora; Hilton Secundido Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Júlio César Massensini, Gerente de Contabilidade, em exercício.



ESTADO DE MINAS GERAIS - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 MAIO/2013 A ABRIL/2014

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 637, de 18 de outubro de 2012.

c/c IN nº 01 de 21/04/01 e nº 05 de 19/12/01 - TCMG.

R\$1,00

DESPESA DE PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS MAIO/2013 A ABRIL/2014	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL ( I )	3.329.729.486,67	0,00
Pessoal Ativo	2.464.603.924,56	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	865.125.562,11	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art.18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF) ( II )	1.016.540.835,81	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissões Voluntárias	0,00	0,00
Decorrentes de Decisões Judiciais	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores (1)	150.170.105,61	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (2)	865.125.562,11	0,00
Despesas de Caráter Indenizatório (3)	1.245.168,09	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = ( I - II)	2.313.188.650,86	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = ( III a + III b)	2.313.188.650,86	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	44.817.070.386,15
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	5,16
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 5,91%	2.648.688.859,82
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art.22 da LRF) - 5,6145%	2.516.254.416,83
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 5,3190%	2.383.819.973,84

FONTE: SIAFI/ MG e RCL conforme informação da Secretaria de Estado de Fazenda.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

(1) - Despesa com Pessoal Ativo;

(2) - Consoante disposto nas Instruções TCMG nº 001 de 21 de abril de 2001 e nº 005, de 19 de dezembro de 2001; Lei Complementar nº 64 de 25 de março de 2002 (art. 38, § 1º);

(3) - Despesas não computadas, art 18, caput, da Lei complementar Federal Nº 101, de 04 de maio de 2000:

3190-16-05 - Ativos - Férias-prêmio - R\$ 1.245.168,09

Desembargador JOAQUIM HERCULANO RODRIGUES, Presidente; Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib, Auditora; Hilton Secundido Alves, Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária e Júlio César Massensini, Gerente de Contabilidade, em exercício.